

PANDEMIA E TERRITÓRIO

**ALFREDO WAGNER
ROSA ACEVEDO
ERIKI ALEIXO**

PANDEMIA E TERRITÓRIO

Rosa Elizabeth Acevedo Marin	Jordeanes do N. Araújo
Roque de Barros Laraia	Eliana Teles
Otávio Velho	Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira
João Pacheco de Oliveira	Maria Alice da Silva Paulino
Henri Acselrad	Karapãna
Ilka Boaventura leite	Jardeline dos Santos Costa, Kokama
Claudia Puerta Silva	Alicia Dorado Rosales
Jesús Alfonso Flórez López	Álvaro Ipuana Guariyü
Aurélio Vianna Jr	Ana Isabel Márquez Pérez
John Comerford	Isabela do Amaral Sales
José Sergio Leite Lopes	Rita Neves
Marcia Anita Sprandel	Silvia Zaccaria
Patrícia Maria Portela Nunes	Bruna Cigaran da Rocha
Cynthia Carvalho Martins	Selma Solange Monteiro Santos
Emmanuel de Almeida Farias Júnior	Edielso Barbosa dos Santos
Ana Pizarro	Edvando Jesus Vieira
Ana Carla dos Santos Bruno	Elaíze Farias
Altaci Corrêa Rubim	Elionice Conceição Sacramento
Maria Fernanda Salcedo Repolês	Esteban Torres Muriel
Oswaldo Martins de Oliveira	Estefanía Frías Epinayú
Ricardo Verdum	Fatima Epieyú
Vânia Fialho	Suellen Andrade Barroso
Raphaelle Servius-Harmois	Sandro José da Silva
Glademir Sales dos Santos	Esmael Siqueira Rodrigues
Raquel Mombelli	Gardenia Ayres
Jurandir Santos de Novaes	Gean de Almeida
Txai Terri Vale de Aquino	Hosana Santos
Luiz Antonio de Castro Santos	Ilana Magalhães
André Luiz Freitas Dias	Roberto Carlos Amaya Epiayú
Claudina Azevedo Maximiano	Uta Grunert
Franklin Plessmann de Carvalho	Davi Pereira Junior

Clayton de Souza Rodrigues
Ítala T. Rodrigues Nepomuceno
Vinícius Cosmos Benvegnú
Eriki Aleixo de Melo
Reginaldo Conceição da Silva
Marcos Alan Costa Farias
Murana de Oliveira Arenillas
Nicolas A. Victorino R.
Elielson Pereira da Silva
Riccardo Rella
Whodson Silva
Aline Radaelli
Danilo da Conceição Serejo Lopes
Gilberta Acselrad
Felipe Pereira Jucá
Ernandes Herculano Saraiva
Guilherme José Sette Junior
Angelisson Tenharin
José Roberto Jesus da Silva Cravo
Poliana Nascimento
Ariene dos Santos Lima
Geoclebson Pereira
Jeane Sacramento
José Luís Souza de Souza
José Omir Siqueira
Juliane Gomes de Souza
Luan Arruda
Bruno Lopes do Nascimento
Cândido Firmiano
Lucas Antônio Macedo
Luiza dos Santos Reis
Marcelo Horta Messias Franco

Maria Delma Portilho Brito
Maria Jaidene Pires
Max José Costa e Costa
Ana Moura
Maxwell Marques Mesquita
Anthony Lisboa
Miguel Ramírez Boscán
Sandro Henrique Lôbo
Nelson Ramos Bastos
Maria da Penha Silva
Quênia Barreto da Silva
Jakeline Romero Epiayú Manuel
Moura
Rafael Matos
Francisca Gárdina dos Santos Lima
Roberto Mendonça
Rosamaria Santana Paes Loures
Rosângela Brito
Flávia Vieira
Glebson Vieira
Taisa Lewitzki
Thiago Alan Guedes Sabino
Tiane Souza
Uine Lopes de Andrade
Peppe Assurini
Vânia Conceição Sacramento
Walter Calado
Alfredo Wagner Berno de Almeida

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA
ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN
ERIKI ALEIXO DE MELO

PANDEMIA E TERRITÓRIO

2020

CONSELHO EDITORIAL

Otávio Velho – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Dina Picotti – Universidade Nacional de General Sarmiento, Argentina

Henri Acserald – IPPUR –UFRJ, Brasil

Charles Hale – University of Texas at Austin, Estados Unidos

João Pacheco de Oliveira – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin – NAEA/UFPA, Brasil

José Sérgio Leite Lopes – PPGA-MNU/UFRJ, Brasil

Aurélio Vianna – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Brasil

Sérgio Costa – LAI FU, Berlim, Alemanha

Alfredo Wagner Berno de Almeida – UEMA/UEA, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Pizarro – Professora do Doutorado em Estudos Americanos Instituto de
Estudios Avanzados – Universidad de Santiago de Chile

Claudia Patricia Puerta Silva – Professora Associada – Departamento de
Antropologia – Facultad de Ciências Sociales y Humanas – Universidad de
Antioquia

Zulay Poggi – Professora do Centro de Estudios de Desarrollo – CENDES–
Universidad Central de Venezuela

Maria Backhouse – Professora de Sociologia – Institut für Soziologie –
FriedrichSchiller-Universitätjena

Jesús Alfonso Flórez López – Universidad Autónoma de Occidente de Cali -
Colombia

Roberto Malighetti – Professor de Antropologia Cultural – Departamento
de Ciências Humanas e Educação “R. Massa” – Università degli Studi de
Milano-
Bicocca

Copyright© Autores

Equipe de organização e edição:

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Eriki Aleixo de Melo

Capa: Phillipe Teixeira

Diagramação: Phillipe Teixeira

ISBN Impresso: 978-65-00-05792-8

ISBN E-book: 978-65-00-05793-5

Ficha catalográfica:

P189 Pandemia e Território / Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Eriki Aleixo de Melo. – São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020.
1226 p.:il.

ISBN Impresso: 978-65-00-05792-8

ISBN E-book: 978-65-00-05793-5

1. Pandemia. 2. Território. 3. Povos e comunidades tradicionais. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Marin, Rosa Elizabeth Acevedo. III. Melo, Eriki Aleixo de. IV. Título.

CDU 316 + 614.4

Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia –
Universidade Estadual do Maranhão (PPGCSPA/UEMA)

Cidade Universitária Paulo VI – Caixa Postal 09 – São Luís/MA. Fone (98)
3245-5461 Fax (98) 3245-5882

OBITUÁRIO: VIDA NO TERRITÓRIO DA MORTE

Alfredo Wagner Berno de Almeida⁵⁹³

O primeiro passo desta pesquisa consiste num trabalho de conceituação de obituário, como instrumento crítico do “território da morte”, buscando alcançar progressivamente, por observações sucessivas, a constelação de significados dele derivada através da problematização da noção corrente de registro necrológico. A compreensão sociológica destes significados, que gravitam em torno de um gênero textual utilitário, veiculado como uma coluna diária da imprensa periódica, que tem por objetivo informar a morte de um indivíduo, propicia condições de possibilidade para uma análise crítica sobre como as múltiplas narrativas da morte refletem sobre as concepções de vida, tornando-as refém da lógica dos elogios sepulcrais e dos rituais fúnebres com sua complexa sequencia cerimonial. A extensão deste entendimento crítico faculta que se confira ao termo uma forma flexível e aberta, capaz de comportar a extrema variedade dos diferentes gêneros textuais especialmente compostos para as etapas dos rituais fúnebres exequíveis nestes tempos de pandemia. Trabalhar o conceito aqui consiste na composição criteriosa de um espesso repertório de narrativas concernentes às vítimas fatais do Covid-19, notadamente indígenas, e na utilização de técnicas de observação relativas a modos de velar e sepultar os corpos meio a severas interdições que, por exigência médica, requerem um necessário afastamento dos corpos. A norma médica de distanciamento social afeta diretamente as reações à perda, impacta as emoções e os acontecimentos que, caracterizam os diversos processos de luto em conformidade com as diferentes religiões e povos. As etapas dos rituais não mais comportam atos coletivos, classificados genericamente

593. Antropólogo. Professor do PPGCSPA-UEMA, do PPGSCA-UFAM e do PPGICH-UEA. Pesquisador CNPq.

como “aglomerações” nestes tempos de pandemia. A solidão que envolve os funerais torna-se regra de sepultamento e redefine as formas de velar os mortos. Foi privilegiada, portanto, para fins desta pesquisa, a diversidade de materiais narrativos que informam publicamente as mortes de indígenas por Covid-19 entre abril e junho de 2020, as informações sobre mortes de quilombolas e outros agentes sociais foram acionadas analiticamente para fins de contraste.

As narrativas aqui selecionadas são proferidas por familiares destas vítimas, seja através de laços consanguíneos ou de afinidade, incorporando vizinhos e amigos, todos eles chamados de “parentes” e, no mais das vezes, integrantes das mesmas associações, dos mesmos movimentos e das mesmas unidades sociais (comunidades, aldeias, tribos) que os abrigam. Estas organizações, reforçando os mecanismos de coesão social em torno de seus propósitos, divulgam suas próprias narrativas fúnebres. Além destes há manifestações de uma pluralidade de participantes, de uma extensa rede de solidariedade, que inclui pesquisadores acadêmicos, membros de diferentes instituições apoiadoras, confessionais ou não, e de associações voluntárias do terceiro setor denominadas “ongs”, que propugnam uma ação dita filantrópica. Eles todos compõem o elenco de autores de diferenciados gêneros textuais, que registram publicamente os falecimentos e são designados, de maneira explícita, com os seguintes termos e expressões: “notas de pesar”, “memórias”, “a quem interessar” ou “notas sobre um homem”. Os registros, conforme foi possível verificar no decorrer desta pesquisa, ocorrem também através de artigos, entrevistas e cartas. Incorporamos todos estes gêneros textuais no campo de significação do conceito de obituário. Há ainda um conjunto de agências de representação (federações, associações, coordenações, conselhos) que produziram outros tantos profusos gêneros textuais de expressão coletiva, tais como “manifestos”, “homenagens fúnebres” e “notas de pesar”. O significado de “notas de pesar” perpassa diferentes agentes sociais e agências, instituições oficiais e organizações

voluntárias não-governamentais, mostrando-se transitivo e externando, ao mesmo tempo, posições institucionais e posições políticas, todas elas ancoradas numa unidade discursiva encomiástica.

Esta proposta de obituário apoia-se, pois, nestas narrativas e não está apoiada nem em dados cartoriais, nem em registros da FUNAI (que aliás teria recusado o RANI a Kokama falecidos e a demais indígenas que estão nas cidades), nem em atestados de óbito, nem nas estatísticas oficiais que estariam subnotificadas, nem tão pouco em boletins médicos. Os repertórios fundamentam-se na fala de familiares e nas informações produzidas pelas organizações indígenas. Completam estes repertórios de narrativas os “elogios fúnebres”, elaborados como orações funerárias ou como laudêmios em tributo a uma pessoa ou pessoas que recentemente faleceram. Quando elaborados pelas organizações indígenas e referidos a um grupo de pessoas vítimas de Covid-19 compõem as chamadas “listas”, que contém exclusivamente o nome dos mortos, numa sequência cronológica e nenhuma outra informação específica. Elas são divulgadas por federações (Federação Indígena do Povo Kukami-Kukamira Pray+iuka Perukariai Kurumpiaka Cacicado Geral do Povo Kokama, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro-FOIRN), coordenações (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), movimentos e conselhos (Movimento Munduruku Ipereg Ayu e Conselho Indígena de Roraima), que as produzem e divulgam. Importa citar algumas publicações periódicas que surgiram nestes tempos de pandemia com o propósito de manter atualizadas as estatísticas dos infectados e dos mortos divulgando também informações sobre cuidados higiênicos no enfrentamento do Covid-19, tais como: “Atenção, Txai!” (CPI, OPIAC, AASI), que no início de julho já estava no número 7 (sete); “Informativo COIAB”, que em julho estava no número 4 (quatro); “Boletim COVID-19/ Povos Indígenas do Piauí”(APIN, APOINME, UFPI), com atualização em 28 de junho de 2020; “Boletim Monitoramento entre Povos e Terras Indígenas na Bahia” (ANAÍ, Movimento Unido dos Povos e Organizações

Indígenas da Bahia-MUPOIBA), Conselho Indigenista Missionário - CIMI, que em junho estava no número 6 (seis). No que tange aos quilombolas tem-se o Boletim Epidemiológico em Quilombos do Brasil/Coronavírus COVID-19 (CONAQ). Certamente que há muitas outras publicações virtuais, com função atualizadora destas estatísticas primárias, que merecem ser analisadas numa reflexão à parte. Não detectamos, entretanto, qualquer publicação sistemática de monitoramento das ocorrências de contágio e morte produzida por entidades confessionais⁵⁹⁴. Esta ausência, de instituições que por séculos executaram a mediação dos povos indígenas com o Estado, num momento tão trágico e com debates sobre práticas genocidas, requer bastante atenção. Aparentemente há uma mudança nas esferas de mediação entre os povos indígenas, a sociedade e o Estado, porquanto cada vez mais se constata um volume expressivo de ações autônomas dos movimentos indígenas e, concomitantemente, novas estratégias de intervenção da cooperação internacional⁵⁹⁵, das ong's e das agências governamentais, cujas formas de atuação se tornaram mais céleres, com maior poder tecnológico de comunicação e também de provocar possíveis danos. Mediante esta dinâmica de transformações registram-se tentativas de se instituir novas regras de tutela face aos povos indígenas e demais identidades coletivas emergentes. O campo da mediação, em decorrência, está se tornando mais complexo e com perspectiva de alterações radicais de regulação, redefinindo provavelmente tutelas, que se mostram desgastadas e com menor grau de eficácia em suas modalidades de submissão, todas elas de conhecida inspiração colonialista. Ao assumirem publicamente os meios de conhecimento, a responsabilidade de elaboração das séries estatísticas trágicas e sua divulgação em listas os movimentos, conselhos, coordenações e federações indígenas expressam

594. A única agência confessional que registramos como produzindo relações de indígenas mortos foi o CIMI, que procedeu ao levantamento de 27 indígenas mortos por Covid-19 no Estado do Maranhão. Além do mais sublinhando a postura genocida do governo federal diante da pandemia o CIMI, juntamente com as entidades indígenas, defende a proposição de que as ocorrências de indígenas mortos pela Covid-19 sejam levadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que é o único órgão que pode fazer denúncias à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

595. A respeito desta questão consulte-se o artigo de autoria de Aurélio Vianna Jr, intitulado “Pandemia e Território: Cooperação e Disputas”, que integra a Parte I desta coletânea.

não só uma posição de autonomia na gestão do controle dos mortos pela Covid-19, mas, sobretudo, um repto às históricas subordinações. Como desdobramento percebe-se, do ponto de vista das organizações indígenas, uma recusa cada vez maior de delegar poderes a agências e agentes externos.

As narrativas sobre as vítimas fatais e estas listas com os vitimados pelo Covid-19, correspondendo a uma pluralidade de gêneros textuais com suas respectivas designações, convergem todas elas para o que designamos de obituário. Este campo de significados relativos à conceituação de obituário o fomos construindo num processo de discussões intensas⁵⁹⁶, no âmbito do PNCSA, que teve como ponto de partida um pressuposto de que a morte não deve interessar-nos senão para afastarmos de nós mesmos e de nossas preocupações intelectuais o “cálice das paixões tristes”, como diria Badiou⁵⁹⁷, erguendo um panteão às avessas, capaz de se colocar criticamente face aos obituários ancorados em laudêmios, encômios e ilusões biográficas, que pontificam nas “galerias de notáveis” e nos rituais de consagração registrados usualmente em verbetes das histórias das ciências e das histórias da literatura e do pensamento social brasileiro. De tal modo os obituários na grande imprensa periódica se dedicam a celebridades, a figuras “notáveis” e de reconhecimento amplo e difuso, que não encontramos qualquer deles referido a indígenas, quilombolas ou outras categorias de povos e comunidades tradicionais. A partir desta constatação, numa perspectiva crítica, estendemos o significado de obituário a agentes sociais anônimos, desconhecidos ou conhecidos apenas localmente. Atentamos para vítimas

596. Refiro-me aqui especificamente às discussões que travei com Rosa Acevedo, desde final de janeiro de 2020, sobre a importância dos obituários na compreensão das relações políticas entre produtores intelectuais e científicos e o Estado. O primeiro exercício de autoria de Rosa foi referido a Tato Quiñones, com alguns apontamentos para a história das irmandades Abacúá na cidade de Havana, Cuba. Ele morreu em Cuba no final de janeiro de 2020. A segunda experiência, também de sua autoria, já foi no período pandêmico e exercitamos uma crítica à ilusão biográfica, que prevalece na história das ciências. O resultado foi o obituário sobre Sarah Moldoror, cineasta e militante anti-colonialista, considerada pioneira do cinema africano, que morreu vítima de Covid-19 em 13 de abril de 2020. Este obituário consta da Parte II desta coletânea no tópico intitulado “Território da Morte”. A partir daí, trabalhamos numa perspectiva crítica, ampliando o significado de obituário e incorporando agentes sociais anônimos e desconhecidos dos grandes públicos.

597. Consulte-se Badiou, Alain – **Pequeno panteón portátil**. Mexico. Fondo de Cultura Económica. 2011

de Covid-19 com mortes circunscritas a situações reais de existência pouco conhecidas ou ignoradas. A ocultação como regra, no que diz respeito a tais categorias e respectivas situações reais, nos dispõe criticamente face aos meios de repercussão da morte e sobre a própria noção de morte como propósito de investigação.

“Porque yo sostengo que la muerte no debe interessarnos, y la depresión tampoco. Si para algo sirve la filosofía es para alejar de nosotros el cáliz de las pasiones tristes, para enseñarnos que la piedad nos es una emoción leal, ni la gueja una razón para tener razón, ni la víctima aquello a partir de lo cual debemos pensar.” (Badiou, 2011:9)

Os obituários aqui apresentados constituem, portanto, simultaneamente, um objeto de reflexão e uma abordagem crítica do “trabalho da morte”, um objeto de pesquisa e uma maneira de pensá-lo, problematizando ao extremo sua negatividade. Em virtude disto, a abordagem aqui definida consiste em realizar uma análise concreta de uma situação concreta, consoante uma descrição aberta e pormenorizada, que contém uma leitura crítica, quanto às práticas cotidianas dos rituais fúnebres neste período pandêmico.

Ao focalizarmos o registro da morte nos obituários como um fator de resistência no enfrentamento da pandemia levamos a efeito uma ruptura com a visão apiedada das vítimas e, num movimento contrário, privilegiamos as formas vívidas e ativas de luta pela vida encetadas pelos movimentos indígenas, que rejeitam passividades e resignações. Esta ruptura se estende à rejeição do obituário como uma narrativa hagiográfica, evidenciando que as vidas narradas não fazem parte do culto a divindades, nem equivalem a uma biografia de santo com exaltação extremada de virtudes. Não! Os obituários também não consistem numa exaltação do martirólogo, como se estivéssemos diante de listas de mártires com suas dores, feridas e padecimentos por uma causa, ou de um extenso catálogo de vítimas heroicas de uma hagiomaquia. Não! A pandemia estimula uma retórica de guerra,

mas de modo algum significa uma guerra santa ou um castigo dos deuses, acoplado a passagens bíblicas referentes a períodos de peste, de fome e de guerra. Assim, ao coligar e elaborar obituários os pesquisadores do PNCSA visaram implodir os duros limites do “território da morte”, impondo-lhes escolhas intrínsecas ao ato de viver e a uma pauta de reivindicações sobre como viver dignamente. Sim!

De pelo menos 445 (quatrocentas e quarenta e cinco) mortes de indígenas por Covid-19 registradas até o 08 de julho de 2020, segundo a APIB, selecionamos 117 (cento e dezessete) dentre elas, coligindo “manifestos”, carta, listas e “notas de pesar” já elaboradas e divulgadas ou promovendo contatos com familiares dos mortos com a finalidade de obter autorização para produzir os obituários. Selecionamos também 07 (sete) quilombolas e 02 (dois) artistas, 128 (cento e vinte e oito) obituários. Não incluímos o primeiro registro de morte de indígena por Covid-19 no Brasil, que se refere ao falecimento de Alvanei Xerixana, de 15 anos, do povo Yanomami, no Hospital Geral de Roraima, em Boa Vista, em 9 de abril de 2020.

Em pelo menos 11 (onze) casos entramos em contato com as famílias e solicitamos que escrevessem um obituário ou obtivemos autorização para tanto ou ainda tivemos acesso a mensagens redigidas por familiares informando as mortes. Em 60 (sessenta) situações entramos em contato com organizações indígenas, que confirmaram listas. Através destas vias de acesso foi possível dispor de obituários contendo o que os próprios indígenas consideraram relevante para falar sobre as mortes. Eles se referem às seguintes situações: Karapaña (João Gâncio), Tikuna (Aldenor, Maria Antonia), Baniwa (Aldevan), Kokama (Cacique Messias), Mura (Carlos Nobre da Costa Santos), Arara (Jorge Valera), das quilombolas Tia Uia, Maria José e do quilombola Pe. José Bráulio. As dificuldades na elaboração de obituários foram maiores entre os Kokama, que residem nas cidades. Algumas famílias se recusaram a aceitar uma divulgação da morte de seus entes como provocada pelo Covid-19, temendo um possível acirramento de estigmas e noções pré-concebidas urdidas contra

eles. Outras famílias, por terem frequentado cultos em período de interdição e de pandemia, se negaram a informar temendo que isto pudesse ter implicações sobre suas respectivas igrejas e sacerdotes. De igual sorte concernem também aos quilombolas, sobre os quais elaboramos somente 7 (sete) obituários e apenas estes. As “listas” da CONAQ, sem mencionar os nomes, assinalam centenas de mortos anônimos, reduzidos a meros números de uma estatística nefasta. No mapeamento social realizado pelo trabalho de pesquisa, que resultou nestes obituários, foram objetos de descrição quase 1/3 dos indígenas mortos, com informações diversas propiciadas por netos, filhos, irmãos e irmãs, bem como por pesquisadores acadêmicos que mantêm ou mantinham relações de pesquisa com famílias daquelas unidades sociais mapeadas. A abrangência do mapeamento alcançou 33 (trinta e três) povos e etnias: Baniwa, Tikuna, Kokama, Tukano, Dessano, Assurini, Karapaña, Arara, Sateré Mawé, Tuyuka, Mura, Macuxi, Wapichana, Munduruku, Kaiapó, Taurepang, Kaingang, Paumari, Wai Wai, Karipuna, Xavante, Borari, Guajajara, Kaxinawá, Apinãwa, Warao, Parintitin, Yawanawá, Puyanawa Krikati, Yawalapiti, Marubo e Ocaina. No caso dos Marubo tem-se que estão localizados na T.I. Vale do Javari, região com maior registro de povos indígenas isolados e de recente contato. As contribuições voluntárias de membros destes povos, se dispondo a registrar os efeitos destas mortes permitiram relativizar as séries estatísticas, mesmo em se tratando dos do último povo mencionado que se localiza na Colômbia próximo à fronteira com o Brasil e a vítima frequentava Tabatinga. Com este procedimento objetivamos uma crítica dura aos registros que se resumem a números, expressos em gráficos, quadros e tabelas estatísticas com os mortos. Eles incorrem numa complexa personificação dos coletivos e a uma denominação genérica de “índios”, quando das interpretações sobre a letalidade do Covid-19, a saber: “morreram x índios” ou “chegaram y índios ao hospital de campanha”. Os obituários, tal como aqui pensados, teceriam, portanto, uma crítica à prática oficial de contabilizar vítimas do Covid-19, reduzindo-as a números que integram séries estatísticas, num procedimento que prenuncia o controle da extensão das mortes e dos significados que o

poder lhes atribuí. A transformação das vítimas fatais em sujeitos da ação, nomeando-os e disponibilizando informações sobre eles, retira da morte a imaginada classificação de absoluta passividade, como “seres inanimados sem vida e sem alma”, e a traz para o cerne dos centros de poder. Neste lugar social os mortos falam. Está-se diante de um processo de politização da morte. Eis onde o obituário se inscreve como forma de resistência, que não dissocia a vida da morte e se coloca na construção da própria existência coletiva referida às vítimas, confrontando incisivamente as tentativas de reduzi-las a um objeto passivo, inerte e sem forma.

Se estas estatísticas sempre se encontram referidas a números abstratos com quantidades que não nomeiam, acentuando tão-somente a condição de vítimas, os obituários, ao contrário, descrevem com maior pormenor os acontecimentos e utilizam dados concretos de ocorrências de vívida resistência tais como sublinhados pelos próprios agentes sociais que mantinham relações com a vítima. Como já sublinhamos as críticas ao “trabalho da morte” convergem diretamente para os obituários, que idealmente se opõem à descrição de uma trajetória linear de vida, contida de maneira recorrente nas ilusões biográficas e em textos de pretensão memorialística, permitindo uma leitura crítica e detida das estatísticas fatais.

Numa breve retrospectiva pode-se asseverar que, mediante as primeiras vítimas fatais de Covid-19 e os critérios quantitativos adotados para seu registro, fomos impelidos a pensar numa seção do site do PNCSA, que homenageasse indígenas, quilombolas, ciganos e outros membros de povos e comunidades tradicionais, que sabíamos seriam mantidos sob a ocultação histórica, porquanto dispostos à margem da vida social como cidadãos de segunda-categoria sem o acesso pleno aos direitos de cidadania.

Enfrentamos de pronto um dilema: como homenagear estas vítimas? Não focalizamos o obituário como um rosário de “orações fúnebres” ou como um *locus* de “elogios fúnebres”, num tempo em que algumas etapas dos

ritos funerários são inexecutáveis face às prescrições de isolamento social ou às normas de que aglomerações sejam evitadas a qualquer custo. Procuramos entender o significado de obituário, não como uma lista de falecimentos ou de avisos fúnebres ou de “notas de pesar” ou como séries estatísticas dispostas em gráficos, tabelas e quadros demonstrativos. O entendemos como bem mais do que um mero registro necrológico divulgado pelos meios de comunicação informando a morte de um indivíduo em particular. Evitamos aceitar o obituário como um mero anúncio de morte como estes estampados na imprensa periódica a cada dia.

Com base nestas negações sucessivas pode-se dizer que o título desta segunda parte da coletânea, “Território da Morte”, talvez seja inexato, tanto quanto os atestados de óbito que, por falta de exames apropriados ou de testes para detectar contaminação mencionam a *causa mortis* - ou causa determinante da morte de alguém - não a Covid-19, propriamente dita, mas “insuficiência respiratória” e “parada cardíaca”, não obstante os familiares assinalarem todos os sintomas que a caracterizariam (tosse, febre, dificuldade respiratória, perda do paladar e da distinção de aromas). O atestado nega o reconhecimento como lhes foi negado em vida o reconhecimento como cidadãos plenos ou mesmo o reconhecimento de direitos elementares. A resultante disto é o risco crescente de uma vasta subnotificação.

Há enormes dificuldades a serem superadas para vencer as várias vertentes desta subnotificação. Vale reiterar as dificuldades impostas pelas iniciativas político-institucionais de classificar a enfermidade provocada pelo Coronavírus como “doença de trabalho”. O resultado desta classificação imprevista é que se várias apólices de seguro excluem as doenças ocupacionais isto significa dizer que o contágio por Covid-19 se tornaria um excludente de cobertura pelos seguros e planos de saúde. Os efeitos desta classificação podem ser arrolados como um dos fatores de subnotificação dos casos de vítimas por Covid-19. Os familiares dos enfermos temem perder a cobertura monetária propiciada pelas apólices de seguro e em virtude disto mobilizam-

se para que o Covid-19 não seja assinalado como *causa mortis*. Tal recusa tem se verificado mesmo quando todos os sintomas de Covid-19 se manifestam nas vítimas fatais. Esta rejeição reflete nas categorias de “baixa renda” em que muitas famílias imaginam que caso registrem familiares como vítimas de Covid-19 serão excluídos de benefícios sociais e estigmatizados nas comunidades locais. Facilita isto o fato de não haver uma testagem massiva. São imensos, portanto, os riscos de se endossar uma subnotificação e outras formas de ocultamento do quadro de vítimas de Covid-19 praticadas por um governo que minimiza a pandemia e seus efeitos.

Perguntas, portanto, se impõem: o obituário, como instrumento de afirmação étnica, neste contexto pandêmico, é sinônimo de resistência à ação dos poderes, que tem a prerrogativa de escolher quem deve viver e quem deve morrer? A pandemia como a guerra seria uma forma de exercer o direito de matar? Quantas e quem foram as lideranças indígenas perdidas para o Covid-19? Quais foram os profissionais de saúde que perderam a vida? Qual a trajetória dos professores das aldeias, cuja atividade foi interrompida violentamente? Quais as circunstâncias de atendimento agravaram e levaram a um fim trágico? Qual o sentimento coletivo – ansiedade, inconformidade, dor, revolta - pela ausência dos rituais funerários?⁵⁹⁸ Que acontecimentos de estigmatização dos “contaminados” geraram conflitos no interior de comunidades? As respostas significam descrever a organização social, as condições sanitárias, inclusive nos domínios da religiosidade dentro das quais se movem as unidades sociais com o propósito de aliviar a “asfixia” a que estão submetidas, como sugere Mbembe.

A bateria de indagações assinala que os obituários, antes de elogiarem, se colocam como forma de luta ou como estratégia de resistência constante,

598. Em relação a esses sofrimentos e emoções, caberia citar o caso das três mães Yanomami sofrendo tanto de ir às raias do desespero na busca de onde estariam enterrados seus filhos. Depois de muitas buscas elas conseguiram identificar os lugares onde seus filhos estavam enterrados. Vale citar também o caso dos Wai Wai que também manifestaram um apelo para “NÃO AUMENTAR” seus sofrimentos, devido ao fato de lhes ser negado o direito de sepultar seus mortos em seus territórios. Em nota, a antropóloga Cléia Wai Wai manifesta sua revolta “Infelizmente a SESAÍ daqui nem se preocupou com o protocolo de cada povo. Estão seguindo os protocolos do Ministério da Saúde. Cadê a saúde diferenciada?”

como o foram os esforços para garantir o direito de sepultar ou a luta por sepultamentos em tempo que não ultrapassasse 48 horas, reivindicando ademais os serviços funerários públicos, que tem sido comumente negado.

A pandemia, com o agravamento dos seus efeitos, corre o risco de estimular a insanidade de quem detém o controle do poder através da manipulação das prescrições médicas, que se desdobram num campo ilimitado ou que vai se tornando sem limites, indo desde os gestos mais banais, como passar a mão pela face do próprio rosto ou tocar os lábios com os dedos ou ainda colocar os dedos no nariz ou nos olhos, até às interdições de contatos diretos. A pandemia, nestes termos, corre o risco de exacerbar o poder de punir e de dispersar este poder para quaisquer lugares sociais. Uma tragédia na tragédia.